

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.524.267 - AM (2019/0176827-1)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
AGRAVADO : ANTONIO MOTA GRACA
ADVOGADOS : EDINEI LOURENÇO DE CARVALHO - AM009689
EDINEI LOURENÇO DE CARVALHO JÚNIOR - AM009347
RAPHAELA DA COSTA NASCIMENTO - AM009861

EMENTA

PENAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL QUE NÃO REFUTA TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE. NÃO CONHECIMENTO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE AMAZONAS** contra decisão proferida pelo eg. Tribunal de Justiça estadual que inadmitiu recurso especial fundamentado na alínea **a** do permissivo constitucional.

Consta dos autos que o eg. Tribunal de origem, em decisão unânime, concedeu a ordem de **habeas corpus** ao ora agravado, nos termos da ementa a seguir transcrita:

"HABEAS CORPUS - PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA - OCORRÊNCIA - ORDEM CONCEDIDA.

1. A despeito da argumentação apresentada pelo Impetrante, deparo-me, prima fade, com questão de ordem pública, qual seja, a extinção da punibilidade, em virtude da prescrição da pretensão executória.

2. Conforme previsão expressa no Código Penal, precisamente em seus artigos 110 e 112, sabe-se que a contagem do prazo prescricional da pretensão executória tem como termo inicial o trânsito em julgado para a acusação, adotando como base para o computo dos prazos, a pena estabelecida na sentença.

3. Na espécie, o Paciente fora condenado à pena de 08 (oito) anos e 08 (oito) meses de reclusão, com data de publicação em 06/03/2002, tendo o trânsito em julgado ocorrido em 05/04/2002. Assim, em observância aos pressupostos do artigo

109, II, do Código Penal, sendo a pena igual a oito anos, ou sendo superior, não excede a doze anos, prescreve em dezesseis anos a pretensão executória.

4. Com efeito, considerado o quantum da pena estabelecido na sentença (08 anos e 08 meses), adotando por termo inicial a data do trânsito em julgado (05/04/2002), nos termos do artigo 109, II, do Código Penal, acolho a tese defensiva para reconhecer e declarar a prescrição da pretensão executória.

5. ORDEM CONCEDIDA."

Opostos **embargos de declaração**, pelo ora agravante (fls. 236-242), foram eles rejeitados, à unanimidade de votos (fls. 263-269).

Sobreveio **recurso especial**, interposto com fulcro na alínea **a** do permissivo constitucional, no qual se alega violação ao art. 63, 110, parte final, ambos do Código Penal (fls. 367-379).

Apresentadas as **contrarrazões** pela Defesa (fls. 380-398), o especial foi inadmitido na origem pela incidência da **Súmula n. 7/STJ** (fls. 444-447).

Daí o presente **agravo**, no qual o agravante, em apertada síntese, repisa os argumentos expendidos no apelo nobre (fls. 453-461). **Contraminuta** apresentada pela Defesa (fls. 464-483).

O Ministério Público Federal, em seu d. parecer, manifestou-se pelo **não conhecimento** do agravo (fls. 548-552).

Em **despacho** de fl. 554, o e. Ministro Jorge Mussi suscitou prevenção, nos termos do art. 72, inciso III, do RISTJ, em virtude do julgamento do **HC n. 487.052/AM**, de relatoria do e. Ministro Felix Fischer. Em **despacho** de fl. 556, nos termos do que dispõe o art. 71, do RISTJ, aceitei a prevenção.

Conforme **Termo de Distribuição e Encaminhamento** de fl. 559, o feito foi a mim atribuído.

É o relatório.

Decido.

O agravo **não** merece ser conhecido.

Conforme mencionado, o especial foi inadmitido na origem pela incidência da **Súmula n. 7/STJ** (fls. 444-447).

Neste agravo, contudo, o agravante limitou-se a reiterar os argumentos expendidos no apelo nobre. Com efeito, deixou de infirmar, **de maneira adequada e suficiente**, todas as razões apresentadas pelo eg. Tribunal de origem para negar trânsito ao recurso especial, qual seja, o **único fundamento**, relativo à incidência da **Súmula n. 7/STJ**.

Limitou-se o recorrente a mencionar, resumidamente, que: "*o recurso especial não visa o reexame de matéria fático-probatória, mas a correção de erro in judicando, qual seja, a não aplicação dos artigos 63, e 110, parte final, ambos do Código Penal, a réu comprovadamente reincidente*" (fl. 456).

Não trouxe, **contudo**, fundamentos válidos a demonstrar a não aplicação do referido verbete sumular. De fato, o ora agravante sequer apontou no acórdão reprochado trechos nos quais restasse demonstrado que a análise da pretensão recursal não demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório delineado nos autos.

Desse modo, a ausência de impugnação, **específica e fundamentada**, dos fundamentos empregados pela eg. Corte de origem para impedir o trânsito do apelo nobre impede o conhecimento do agravo, cujo único propósito é demonstrar a inaplicabilidade dos motivos indicados na decisão de inadmissibilidade do recurso por meio de impugnação específica de cada um deles.

Este é o teor do art. 932, inciso III, do Código de Processo Civil/2015, que autoriza o relator a não conhecer de recurso que tenha deixado de impugnar os fundamentos da decisão recorrida.

Além do mais, o art. 253, inciso I, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, com redação dada pela Emenda Regimental n. 22/2016, autoriza o relator a não conhecer do agravo que descumpra a tarefa de infirmar as

razões de decidir que levaram ao trancamento do recurso especial.

Ilustrativamente:

"PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA NÃO ATACADO. APLICAÇÃO DO ART. 544, § 4º, I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - CPC DE 1973. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Descabido o conhecimento do agravo em recurso especial quando o agravante deixa de impugnar especificamente algum dos fundamentos adotados na decisão que negou seguimento ao recurso especial.

2. Agravo regimental desprovido" (AgRg no AREsp n. 842.493/PR, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Joel Ilan Paciornik**, DJe de 16/5/2016).

Conforme entendimento assentado nesta Corte, *"deve a parte recorrente impugnar, de maneira específica e pormenorizada, todos os fundamentos da decisão contra a qual se insurge, não bastando a formulação de alegações genéricas em sentido contrário às afirmações do julgado impugnado ou mesmo a insistência no mérito da controvérsia"* (AgRg no AREsp n. 705.564/MG, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Sebastião Reis Júnior**, DJe de 25/8/2015).

Portanto, em respeito ao princípio da dialeticidade, a impugnação à decisão deve ser clara e suficiente a demonstrar o equívoco na sua negativa em todos os pontos indicados pela decisão que negou trânsito ao recurso.

Diante do exposto, **não conheço** do agravo nos termos do art. 253, parágrafo único, inciso I, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

P. e I.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator